

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**FRANCIELE LAVEZZO DA LUZ**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O SIGNIFICADO NA VIDA DOS  
EDUCANDOS.**

**CRICIÚMA, JULHO DE 2011.**

**FRANCIELE LAVEZZO DA LUZ**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O SIGNIFICADO NA VIDA DOS  
EDUCANDOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de licenciatura no curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof. Soraia Regina Napolini  
Coral

**CRICIÚMA, JULHO DE 2011.**

**FRANCIELE LAVEZZO DA LUZ**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O SIGNIFICADO NA VIDA DOS  
EDUCANDOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciatura, no Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Educação Cultura e Ambiente.

Criciúma, 05 de julho de 2011.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Soraia Regina Napolini Coral - Mestre (UNESC) - Orientadora

Prof. Everson Ney Huttner Castro – Especialista (UNESC)

Prof<sup>a</sup>. Mirozete Iolanda Volpato Hanoff- Especialista (UNESC)

**Dedico este trabalho a meu namorado e a  
minha família que sempre estão junto  
comigo me apoiando com muita dedicação.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por me dar força e coragem necessária para concluir este trabalho e também esta graduação.

A minha família, em especial meus pais: Ascendino Gustavo e Vianice, agradeço todo amor e confiança que me deram.

A meu namorado Adelor, por muitas vezes ter cedido espaço aos meus estudos e ainda assim continuar ao meu lado.

A minha orientadora, Soraia Regina Napolini Coral, que com muita paciência e dedicação, auxiliou-me na realização deste trabalho.

Agradeço aos meus professores que fizeram parte da minha formação e contribuíram para o meu crescimento profissional. A todos vocês o meu muito obrigada.

**“Que a educação seja o processo através do qual o indivíduo toma a história em suas próprias mãos, a fim de mudar o rumo da mesma. Como? Acreditando no educando, na sua capacidade de aprender, descobrir, criar soluções, desafiar, enfrentar, propor, escolher e assumir as conseqüências de sua escolha.”**

**Irene Terezinha Fuck**

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar os fatores que fizeram com que homens e mulheres acima de 40 anos de idade frequentassem a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos - EJA e analisar qual o significado que a mesma possui para a vida dessas pessoas. Para responder o problema pesquisado, elencaram-se alguns objetivos complementares, dentre eles destaca-se: Identificar quais os fatores que fizeram com que esses alunos ingressassem na EJA; Compreender o que levou os alunos a desistirem do ensino regular; Conhecer qual o significado que a EJA possui para esses alunos. Elaborou-se um referencial teórico, buscando contextualizar a trajetória histórica da EJA no Brasil, Santa Catarina e Criciúma. Abordou-se também as bases legais para a EJA e considerações sobre o perfil do aluno da EJA. Os sujeitos de pesquisa foram homens e mulheres acima de 40 anos de idade que não estudaram em idade apropriada. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista, com seis alunos de uma turma de Educação de Jovens e Adultos de uma escola da rede municipal de Criciúma – SC. Com os resultados da pesquisa, foi possível perceber os motivos que fizeram com que os alunos não estudassem em idade apropriada. Alguns destacam a falta de incentivo dos pais, pois não julgavam importante a escolarização e sim o trabalho, a distância entre residência e escola, cultura de que as mulheres não precisavam estudar, são as principais razões apontadas. O que os fez iniciar os estudos ou retomar os mesmos em idade adulta varia como: A realização de um sonho que lhes foi negado devido a cultura da época, a necessidade para o mercado de trabalho, a realização pessoal, entre outros. O significado que a EJA possui para esses sujeitos está estreitamente ligado as razões que os motivaram a retomarem a escolarização, como autoestima, independência, esperança de um futuro melhor e qualificação profissional.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Perfil do aluno. Significado da EJA.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Cruzada de Ação Básica Cristã;  
CEAA – Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos;  
CEA – Centro de Educação de Adultos;  
CES – Centro de Estudo Supletivo;  
CEPLAR – Campanha de Educação Popular;  
CNBB – Conferencia Nacional de Bispos do Brasil;  
EJA – Educação de jovens e adultos ;  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador;  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;  
MCP – Movimento de cultura Popular do Recife;  
MEB – Movimento de Educação de Base;  
MEC – Ministério da Educação;  
MOBRAL- Movimento Brasileiro de alfabetização;  
NAES – Núcleos Avançados de Ensino Supletivo;  
NEMO – Ensino Modularizado;  
ONU – Organização das Nações Unidas;  
PAS – Programa de Alfabetização Solidária  
PBA – Programa Brasil Alfabetizado;  
PLANFOR – Plano Nacional de Educação de Trabalhadores;  
PMC – Prefeitura Municipal de Criciúma;  
PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos;  
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária;  
UNE – União Nacional dos Estudantes;

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: NOTAS HISTÓRICAS .....</b>	<b>11</b>
2.1 Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina .....	19
2.2 Educação de Jovens e Adultos em Criciúma .....	20
<b>3 BASES LEGAIS DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EJA: UM POUCO DE HISTÓRIA.....</b>	<b>23</b>
3.1 Bases Legais Vigentes.....	26
<b>4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ALUNO DA EJA .....</b>	<b>30</b>
<b>5 METODOLOGIA .....</b>	<b>34</b>
<b>6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>36</b>
<b>7 CONCLUSÃO .....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O problema desta pesquisa surgiu quando fiz o estágio obrigatório do curso de Pedagogia, na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Na turma onde estagiei, haviam alunos com idades mais avançadas, com uma vida construída, com empregos fixos e alguns já aposentados, o que me fez refletir sobre as reais necessidades desses sujeitos, pois, mesmo cansados depois de um dia de trabalho, raramente se ausentavam das aulas. Este diagnóstico percebido no estágio, me incentivou a realização desta pesquisa.

A fim de identificar o que levou os alunos acima de 40 anos de idade a iniciarem ou retomarem os estudos em idade adulta e compreender qual o significado que a EJA possui para essas pessoas, foi construído o problema da pesquisa da seguinte forma: O que levou homens e mulheres acima de 40 anos de idade a frequentarem a modalidade de ensino EJA e qual seu significado para a vida dessa pessoa?

Para responder a este problema, utilizou-se das seguintes questões norteadoras:

- Os alunos frequentaram o ensino regular?
- O que levou os alunos a desistirem do ensino regular?
- Como ocorre a frequência destes homens e mulheres na EJA?
- Quais as dificuldades encontradas pelos alunos da EJA?
- O que mudou na vida dos alunos do EJA a partir da retomada aos estudos?
- Qual o significado que a EJA possui para os alunos acima de 40 anos de idade?
- Quais as expectativas que estes alunos têm ao concluírem o EJA?

Este estudo está vinculado a Linha de Pesquisa “Educação, Cultura e Ambiente”, mais precisamente ao Eixo Temático “Educação para a Diversidade” (Gênero, Etnias, Minorias e Diferenças).

Até o presente momento foram defendidos no curso de pedagogia da UNESCO, dois trabalhos de Conclusão de Curso - TCC, que se aproximam do tema escolhido. “Educação de Jovens e Adultos: Idas e vindas no ambiente escolar”, produzido em 2008, que foca a desistência, o fracasso escolar e a escola que os alunos da EJA fizeram parte e “A contribuição da EJA para inserção do sujeito na

sociedade: A ótica dos envolvidos”, defendido em 2009, trata da prática docente, sendo os sujeitos inseridos na pesquisa eram jovens.

Este trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro capítulo traz a introdução. O segundo capítulo fala sobre “A educação de Jovens e Adultos no Brasil: Notas Históricas”. Este capítulo trata da trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, considerando os principais movimentos e campanhas que marcaram a história da educação desta modalidade. Este mesmo capítulo ainda traz a Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina e em Criciúma.

Para este, cito autores como: Brasil (2001), Criciúma (2003) e (2007), Hadda e Pierro (2000), Pierro (2003), Hubner (2003), Lopes e Souza (2005), Santa Catarina (2005a), (2006b) e Soares e Galvão (2006).

O terceiro capítulo versa sobre as “Bases legais das diretrizes curriculares nacionais para EJA: Um pouco da história”. Aborda algumas bases legais que já existiram relacionada a esta modalidade de ensino e o que possuímos de bases legais vigentes nacionalmente, em Santa Catarina e Criciúma.

Fundamentando este capítulo cito: Alves (2007), Brasil (1934), (1946), (1961), (2000) e (2001), Criciúma (2008), Pessoa (2005), Santa Catarina (1998), (2005b) e Souza e Silva (2001).

O Quarto capítulo traz “Considerações sobre o Aluno da EJA”, onde faz reflexões sobre o aluno que busca a EJA, suas necessidades, razões pelo fracasso escolar e a procura pela escola.

O autores que fundamentam este capítulo são: Aguiar (2009), Araujo e Brandão (2009), Brasil (2006a), Frigo (2001), Paiva (1997), Oliveira (2001), Sheibel e Lehenbauer (2006) e Spósito (2002).

No quinto capítulo descreve-se a Metodologia, onde se apresenta como foi a realização desta pesquisa, o tipo de pesquisa e os participantes da mesma.

O sexto capítulo apresenta a Análise de dados, abordando o objetivo desta pesquisa, contextualizando as resposta dos alunos adquiridas pelas entrevistas com o referencial teórico produzido. Entre os assuntos discutidos, destaca-se: O que motivou os alunos a cima de 40 anos de idade a ingressarem na EJA, qual os fatores que fizeram com que não frequentassem a escola em idade apropriada e qual o significado que a EJA possui para a vida desse aluno.

E por fim foram feitas as considerações finais deste trabalho e as referências.

## 2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: NOTAS HISTÓRICAS

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, passou por muitas mudanças no decorrer dos anos. Apresentando seus primeiros registros no Brasil colônia.

Inicialmente a alfabetização de adultos era para os colonizadores, tinha como objetivo instrumentalizar a população, ensinando-a a ler e a escrever. Essa concepção foi adotada para que os colonos pudessem ler o catecismo e seguir as ordens e instruções da corte, os índios pudessem ser catequizados e, mais tarde, para que os trabalhadores conseguissem cumprir as tarefas exigidas pelo Estado. (LOPES; SOUZA, 2005, p.3).

Embora os jesuítas priorizassem catequizar as crianças, os indígenas adultos foram submetidos a uma grande mudança cultural. Havendo mais atenção ao caráter religioso do que educacional. Nesse processo, foram escritos diversos materiais utilizados para a catequese e a instrução dos indígenas. Em 1759, os jesuítas foram expulsos pelas novas diretrizes da economia e da política portuguesa. Após este período pouco se conhece em relação à educação de adultos, passando a haver informações somente no Brasil Império. (SOARES; GALVÃO, 2006).

Em 1824, na primeira constituição brasileira, garantia uma instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, porém pouco foi realizado neste sentido durante o período imperial. O distanciamento entre o “garantir” e o “realizar” ocorreu devido a minoria da população possuir cidadania, esta minoria pertencente a elite econômica, então no processo de educação foram excluídos negros, indígenas e grande parte das mulheres. Fazendo com que no final do império, 82% da população brasileira fosse analfabeta. (HADDAD; PIERRO, 2000).

No ano de 1891, na constituição da República, foi proibido o voto do analfabeto e eliminada a seleção de eleitores por renda. Como mais de 80% da população era analfabeta, fato esse que gerava constrangimento diante dos países mais adiantados. Neste período, a cada 10 brasileiros, apenas dois conseguiam ler uma carta, documento ou um jornal. Os demais dependiam de alguém para decifrar o que estava escrito. Isso fez com que as primeiras décadas do século XX fossem marcadas por mobilizações em torno da alfabetização de adultos. (SOARES; GALVÃO, 2006).

A pesar do descompromisso da União em relação ao ensino elementar, o período da Primeira República se caracterizou pela grande quantidade de reformas educacionais. [...] Porém, tais preocupações pouco efeito prático produziram, uma vez que não havia dotação orçamentária que pudesse garantir que as propostas legais resultassem numa ação eficaz. (HADDAD; PIERRO, 2000 p.109)

O censo realizado em 1920, quase 30 anos após a constituição da República brasileira, mostrou que 72% da população acima de cinco anos continuava analfabeta. Esta situação fez com que a década de 1920, houvesse movimentos de educadores e da população para que aumentassem os números de escolas e com melhorias de sua qualidade.

[...] começou a estabelecer condições favoráveis à implementação de políticas públicas para educação de jovens e adultos. Os renovadores da educação passaram a exigir que o Estado se responsabilizasse definitivamente pela oferta desses serviços. [...] começavam a fazer da educação escolar uma preocupação permanente da população e das autoridades brasileiras. (HADDAD; PIERRO, 2000 p.110)

A educação de jovens e adultos começou a marcar seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 1930. Neste período, a sociedade brasileira passava por transformações ligadas ao processo de industrialização e aceleração da urbanização. (BRASIL, 2001).

Segundo Haddad e Pierro (2000, p. 111):

A Revolução de 1930 é um marco na reformulação do papel do Estado no Brasil. Ao contrário do federalismo que prevalecera até aquele momento, reforçando os interesses das oligarquias regionais, agora era a Nação como um todo que estava sendo reafirmada.

Tal mudança no papel do Estado, se manifestou de maneira evidente na Constituição de 1934, a qual propôs um Plano Nacional de Educação, fiscalizado pelo Governo Federal, que determinava de maneira objetiva os espaços que competem a União, dos estados e municípios relacionados a educação. Porém, foi somente no fim da década de 1940, que a educação de jovens e adultos foi reconhecida como um problema de ordem política. A constituição deveria incluir em suas normas o ensino primário integral gratuito, com frequência obrigatória. Se estendendo este ensino aos adultos. Sendo assim, esta foi a primeira vez que a educação de jovens e adultos recebia uma atenção particular.

Em 1945, com o fim da ditadura de Vargas, o recém término da Segunda Guerra Mundial e a volta da democracia no país, a Organização das Nações Unidas-ONU, alertava para integrar os povos visando a paz e a democracia. (BRASIL, 2001).

Tudo isso contribuiu para que a educação dos adultos ganhasse destaque dentro da preocupação geral com a educação elementar comum. Era urgente a necessidade de aumentar as bases eleitores para sustentação do governo central, integrar as massas populacionais de imigração recente e também incrementar a produção. (BRASIL, 2001, p. 20).

Com um alto índice de analfabetos, chegando a ser mais da metade da população, o governo brasileiro tendo que atender o crescimento industrial e a preocupação política em gerar votos, lança em 1947 uma campanha para alfabetizar jovens e adultos. A alfabetização a principio ocorreria em três meses. Após isso, o primário seria feito em dois períodos de sete meses. Posteriormente o adulto poderia realizar cursos voltados para a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. (SOARES; GALVÃO, 2006).

Embora definindo-se como educação de adultos, a Campanha limitou-se à alfabetização; foi mesmo muito criticada por ter se tornado uma 'fábrica de eleitores'. Estava-se fazendo a recomposição dos partidos políticos, preparavam-se eleições, a educação de adultos restringia-se à alfabetização e o processo de alfabetização restringia-se a ensinar a assinar o nome para se obter o título de eleitor; 'ferrar o nome', como Paulo Freire criticou mais tarde. (FÁVERO, 199?), p. 3)

Nos primeiros anos, sob a direção do Professor Lourenço Filho, a campanha obteve bons resultados, atendendo diversas regiões do país, foram criadas várias escolas supletivas. No entanto, na década 50 esta campanha começou a perder força, pois iniciativas voltadas a ação comunitária em zonas rurais não obtiveram o mesmo sucesso. (BRASIL, 2001).

Segundo Soares e Galvão (2006), por não haver uma tradição em estudos sobre como alfabetizar adultos, era tomado como base à educação das crianças. O analfabeto continuava a ser considerado incapaz e comparado a uma criança. No final dos anos 1950, críticas à campanha foram realizadas pelos próprios participantes. As mais fortes partiram do grupo liderado por Paulo Freire.

[...] indicava que a organização dos cursos deveria ter por base a própria realidade dos alunos e que o trabalho educativo deveria ser feito "com" o homem e não "para" o homem. Por consequência, os materiais a serem usados com os alunos não poderiam ser uma simples adaptação daqueles

que já eram utilizados com as crianças. (SOARES; GALVÃO, 2006, p. 43)

A partir desta nova perspectiva, a educação de adultos tomava uma nova definição, deixando de ser considerado como um ser imaturo e incapaz. Passando a ser visto como um produtor de cultura e saberes. No fim de 1950 e 1960, surgiram movimentos de educação e de cultura popular, muitos inspirados nas idéias de Paulo Freire.

Na década de 50, outras campanhas foram criadas. Como a Campanha Nacional de Educação Rural, inicialmente ligada a Campanha Nacional de Adolescente e Adulto – CEAA, que visava o desenvolvimento de comunidades rurais. Foi criada também, a Campanha Nacional de Erradicação do analfabetismo (1958), tinha como objetivo a educação popular em geral. Ambas as campanhas, passaram por dificuldades financeiras, duraram pouco tempo, devido a isso , não obtiveram sucesso. (SOARES; GALVÃO, 2006).

O primeiro fato que marca os anos de 1960, foi a realização do II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro em 1958. Existia uma grande preocupação dos educadores em redefinir as características desta modalidade. Foram criticadas as condições precárias dos prédios escolares, inadequação do material didático e a qualificação do professor. Refletia-se um novo pensar pedagógico com adultos. (HADDAD; PIERRO, 2000 p.112).

[...] marcava o Congresso o início de um novo período na educação de adultos no Brasil, aquele que se caracterizou pela intensa busca de maior eficiência metodológica e por inovações importantes neste terreno, pela reintrodução da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos esforços realizados pelos mais diversos grupos em favor da educação da população adulta para a participação na vida política na Nação. (PAIVA, 1973 apud HADDAD; PIERRO, 2000, p.112).

O Período de 1959 a 1964 é marcado por campanhas e programas no campo da educação de adultos, dos quais muitos inspirados nas idéias de Paulo Freire. Destacam-se: o MEB - Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) (1961), o MCP - Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), os CPCs Centros Populares de Cultura, organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), o CEPLAR – Campanha de Educação Popular, a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, da prefeitura de Natal e Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura com a presença do professor Paulo Freire. A grande maioria dos programas tinham o apoio do Estado. Nesses anos foram reconhecidas as características da educação de

adultos, havendo um tratamento específico nos planos pedagógicos e didáticos. A educação de adultos é vista também como um forte instrumento de ação política, por mais da metade da população brasileira ser analfabeta, estas eram excluídas da política nacional. Houve também a valorização dos saberes e culturas populares, através de Paulo Freire que propôs a alfabetização a partir da realidade do aluno, com palavras geradoras que levaria a problematização desta realidade. (SOARES; GALVÃO, 2006).

À medida que a tradicional relevância de exercício do direito de todo cidadão ter acesso aos conhecimentos universais uniu-se à ação conscientizadora e organizativa de grupos e atores sociais, a educação de adultos passou a ser reconhecida também como um poderoso instrumento de ação política. Finalmente, foi-lhe atribuída uma forte missão de resgate e valorização do saber popular, tornando a educação de adultos o motor de um movimento amplo de valorização da cultura popular. (HADDAD; PIERRO, 2000, p.113)

Em 1964, houve o golpe militar. Os movimentos de educação e culturas populares foram reprimidos e seus dirigentes perseguidos e exilados. A repressão ocorreu devido os programas de educação de adultos associados a política serem contra os interesses impostos pelo golpe militar. O governo via as práticas educativa como ameaça, pois desenvolvia o sentido crítico da população. Para Haddad e Pierro (2000, p. 113) “ o Estado exercia sua função de coerção, com fins de garantir a ‘normalização’ das relações sociais.”

Durante a repressão o governo autorizava apenas programas de alfabetização conservadores e assistencialista. Um exemplo é a Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC), se originou no Recife e se estendeu nacionalmente. Era dirigida por evangélicos norte-americanos e se extinguiu nos anos de 1970 e 1971. (HADDAD; PIERRO, 2000).

Ainda no período da ditadura militar, o governo precisava atender o direito da cidadania, de uma forma que convergisse com os ideais da política atual. Este direito veio com o MOBREAL - Movimento Brasileiro de alfabetização, lançado em 1967 com o objetivo de acabar com o analfabetismo em dez anos. Era a manifestação do regime militar diante do analfabetismo. Surgindo com grande recurso orçamentário, mas sem exigência com os alfabetizadores, qualquer um que soubesse ler e escrever também poderia ensinar. Segundo Soares e Galvão (2006, p. 45) o Ministério da Educação chamava a população a contribuir com programa através da campanha: “você também é responsável, então me ensine a escrever, eu

tenho minha mão domável, eu sinto a sede do saber”.

Os métodos e os materiais didáticos utilizados pelo MOBRAL eram parecidos com os utilizados nas campanhas dos anos 60. Mas se ausentava no sentido crítico e problematizador. Tais matérias eram padronizadas e utilizadas no país inteiro. Nos últimos anos o programa foi marcado por críticas relacionadas aos critérios de verificação da aprendizagem, pois não havia uma continuidade dos estudos, assim ocorria uma regressão. Com o passar do tempo as pessoas desaprendiam a ler e a escrever. Foi marcado também por denúncias, afim de apurar o destino e aplicação dos recursos financeiros, até que em 1985 foi extinto. (HADDAD; PIERRO, 2000).

Em 1971, durante a ditadura militar, no governo Médici, foi implantado o Ensino Supletivo, considerado um grande marco na história da Educação de jovens e Adultos no Brasil. Propondo a escolarização regular a um maior número de pessoa, formar mão-de-obra para o mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Portanto, o Ensino Supletivo se propunha a recuperar o atraso, reciclar o presente, formando uma mão-de-obra que contribuísse no esforço para o desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola. [...]. O Ensino Supletivo por sua flexibilidade, seria a nova oportunidade dos que perderam a possibilidade de escolarização em outras épocas, ao mesmo tempo em que seria a chance de atualização para os que gostariam de acompanhar o movimento da modernização da nova sociedade que se implantava dentro da lógica de 'Brasil Grande' da era Médici. (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 117, 118)

Segundo Haddad (1991 apud LOPES; SOUZA, 2005) o Ensino Supletivo não atingiu os objetivos por não receberem o apoio político e recursos financeiros para sua atuação.

Em 1985, o MOBRAL foi ocupado pela Fundação Educar. Diferente dos outros programas, pois não realizava a execução direta dos serviços educacionais, sua função era supervisão e o acompanhamento junto às instituições e secretarias que recebiam os recursos transferidos para execução de seus programas. Vigorou até 1990, o governo Collor a extingui e se ausenta da criação de uma nova proposta educacional para jovens e adultos. (SOARES; GALVÃO, 2006).

Na segunda metade dos anos 90, iniciou-se três programas federais de formação de jovens e adultos. O Programa de Alfabetização Solidária (PAS), lançou um evento nacional de Educação de Jovens e Adultos no ano de 1996, em Natal, com parceria entre governo federal, empresas, administrações municipais e

universidades. Propondo alfabetização em 5 meses, destinada aos jovens e os municípios e periferias com alto índice de analfabetismo. (HADDAD; PIERRO, 2000).

Este programa atraiu críticas, pois tinha alfabetizadores semipreparados, reafirmado a ideia de que qualquer um pode ensinar, com a campanha: “ Adote um analfabeto” semelhante a utilizada no MOBREAL, passando a imagem de que quem não sabe ler e escrever é incapaz. Este programa foi pouco significativo. Menos de um quinto dos adultos atendidos pelo programa foram capazes, ao final do processo ler e escrever pequenos textos. (SOARES; GALVÃO, 2006).

Em 1997 surge o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), uma parceria entre governo federal, universidades e sindicatos ou movimentos sociais do campo. Com o objetivo principal a alfabetização inicial de trabalhadores rurais, que encontram-se em analfabetismo absoluto, com curso de um ano de duração. O diferencial desta campanha foi que as universidades proporcionaram a formação alfabetizadores. Segundo Haddad e Pierro (2000, p. 125) “Mesmo sem dispor de fonte estável de financiamento, o PRONERA vem substituindo aos riscos de descontinuidade: em 1999 chegou a 55 mil alfabetizadores e pelo menos 2,5 mil monitores nas 27 unidades de Federação”.

O Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), criado em 1995, foi destinado à qualificação profissional da população economicamente ativa. Financiado com recursos do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT) juntamente com secretarias de educação e outros órgãos públicos estaduais e municipais, organizações não governamentais, sindicatos patronais e de trabalhadores, escolas de empresas e fundações, universidades e institutos de pesquisa. Os trabalhadores recebiam cursos de habilidades básicas, mas a baixa escolaridades dos trabalhadores era uma grande dificuldade para a obtenção de bons resultados do programa. (HADDAD; PIERRO, 2000).

Iniciando o século XXI, ainda com um alto índice de brasileiros analfabetos, aproximadamente 70 milhões de brasileiros acima de 15 anos que não concluíram o ensino fundamental. Juntamente com estes estão os neo-analfabetos, ainda que tenham se escolarizado, não conseguem ler e interpretar um bilhete ou texto. (SOARES; GALVÃO, 2006).

Para diminuir a taxa de analfabetismo, foi criado em 2003 no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), pelo Ministério da Educação e coordenado pela Secretaria de Erradicação do Analfabetismo. O

programa visava que até 2006, vinte milhões de brasileiros com mais de 15 anos aprendessem a ler e a escrever.

O governo definiu o Brasil Alfabetizado como uma campanha plural, [acolhendo] todas as iniciativas em andamento e uma diversidade de metodologias de alfabetização. Representantes de várias instituições e segmentos sociais foram nomeados para o Conselho Nacional de Alfabetização, [responsável por orientar] os rumos futuros do Programa. (PIERRO, 2003, p. 28)

O programa não considerava como alfabetizado aquele que sabia apenas ler e escrever o próprio nome e sim os que consigam fazer uso de sua alfabetização nas atividades diárias, para que obtenham melhores condições de vida. O grande diferencial, está na preocupação com a continuidade da alfabetização. (HUBNER, 2003).

[...] há a preocupação do MEC em incentivar os alunos recém-alfabetizados a se matricularem em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, assim, continuarem sua trajetória educacional. Entende-se que a continuidade é um meio de fortalecer a Educação, vista como instrumento de promoção social, individual e coletiva. A alfabetização, dessa forma, passa a ser pensada como a porta de entrada para uma Educação continuada, no caso, a Educação de Jovens e Adultos (EJA). (BRASIL, 2006b, p.14)

O objetivo do Programa Brasil Alfabetizado, é a alfabetização de jovens e adultos acima de 15 anos, tendo com prioridade o atendimento a municípios com o maior índice de analfabetismo, de acordo com Censo realizado em 2000 pelo IBGE.

A Educação de Jovens e Adultos foi sujeita a exclusão durante muitos anos e pode-se dizer que finalmente foi atendida como uma preocupação por parte do governo. Ainda existe muito a ser feito e aperfeiçoado para que se garanta a qualidade de ensino a esta modalidade.

A educação de jovens e adultos no Brasil passou por grandes transformações. Marcado pela ineficiência de programas de alfabetização, com campanhas de que qualquer um pode ensinar a ler, desqualificando a função do professor. Os adultos analfabetos eram comparados a uma criança, tomando-os como incapaz, sem levar em consideração as vivências, a bagagem que carregam. Tais movimentos garantiram o fracasso da alfabetização no Brasil durante um longo período. Chegando ao século XXI, com milhões de brasileiros analfabetos ou neo-analfabetos. Com tudo, ainda existem programas, leis e discussões afim de erradicar o analfabetismo, para que consigamos uma sociedade mais justa.

## 2.1 Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina

A Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina possui seus primeiros registros na década de 1930. Marcado pela criação das primeiras Escolas Profissionais Femininas, com o intuito de oferecer cursos de curta duração de corte e costura, bordado, crochê, tricô, pintura, arte culinária, flores, artesanato e outros, para as mulheres que queriam ter uma renda. Nesta década havia uma preocupação em recuperar a escolaridade perdida na infância. Tais iniciativas de alfabetização partiram do Poder Público Estadual.

No período da ditadura Militar em 1972, o governo de Santa Catarina adere convênio com o MOBRAL, desenvolvendo o Programa de Educação Integrada, a fim de oportunizar a educação continuada aos jovens e adultos que já haviam se alfabetizado, porém não concluíram a escolaridade na idade apropriada.

No ano de 1973 foi criado o Projeto Minerva, consistia na realização do Ensino Supletivo, onde os alunos recebiam orientações com monitores em centros de recepção organizada via rádio ou televisão. Logo em seguida, em 1974 surge a Divisão de Ensino Supletivo, onde o Estado passou a principio coordenar os Exames Supletivos de Educação Geral e posteriormente o Profissionalizante.

A criação do primeiro Centro de Estudos Supletivos (CES) foi em 1977 em Florianópolis, no ano de 1983 foi implantado o Ensino Modularizado (NEMO) e em 1985 surge os Núcleos Avançados de ensino Supletivo (NAES).

[...] (CES, NEMO, NAES) e posteriormente os CEAs transformados em CEJAs, objetivo de atender as especificidades de cada aluno jovem e adulto, respeitando o ritmo de cada um, elevando sua auto-estima, como condição para aprendizagem e, assim flexibilizando a participação no processo aos que não podem freqüentar diariamente a escola, assegurando a reinserção dos excluídos. (SANTA CATARINA, 2005a p. 79)

Os Centro de Educação de Adultos (CEAs), foram autorizados para funcionamento em 1992, com a finalidade de coordenar as iniciativas da EJA na região.

No ano de 1996 foi implantado o telecurso 2000 / Telessala, em parceria com a fundação Roberto Marinho, oferecendo o ensino fundamental e médio a jovens e adultos, propondo a divisão da turma em quatro equipes de: Socialização, Coordenação, Síntese e Avaliação. Utilizando de recursos de vídeo, as cenas apresentadas, refletiam o cotidiano do aluno da EJA, fazendo com que os mesmos

estabelecessem relações entre os conteúdos trabalhados na teleaula, as imagens veiculadas e sua realidade. (SANTA CATARINA, 2005a).

Na década de 1980, iniciava a Escola Penitenciária, oferecendo cursos preparatórios para os Exames Supletivos. Em 1996 foi dado início a Educação Escolar Indígena, atendendo comunidades Xokleng, Kaingang e Guarani.

Outro ponto relevante da Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina, foi a constituição da primeira Casa Familiar do Mar em São Francisco do Sul, para atender os filhos dos pescadores em 1998. A Casa Familiar do Mar é uma instituição educativa, que trabalha com atividades de aprendizagem com filhos de agricultores e pescadores, aplicando a Pedagogia da Alternância.

A metodologia permite ao jovem, formação integral e permanente, ensinando -o a *aprender a aprender*, através de processo capaz de proporcionar seu desenvolvimento social e pessoal, preservando os vínculos familiares. Leva em conta a família e sua realidade e é comandada pela associação das famílias. Além disso, proporciona a conclusão do ensino fundamental e qualifica em Agropecuária e Maricultura. (SANTA CATARINA, 2005a, p. 81)

Em 2004 foi implantado o Programa Brasil alfabetizado, no Estado se chamou Programa Santa Catarina Alfabetizada, que inicialmente atendeu 25.000 jovens e adultos. As aulas iniciaram em sua maioria no mês de setembro de 2004. A duração do curso é de oito meses com 320 horas/aula, distribuídos em 10 horas/aula semanais.

De acordo com informações obtidas no site da Secretaria de Estado da Educação (2009), “O Estado de Santa Catarina tem se destacado no cenário nacional pela execução do Programa Santa Catarina Alfabetizada, tendo recebido importantes reconhecimentos, como a medalha Paulo Freire, no ano de 2006, como sendo o melhor projeto de alfabetização do Brasil.”

## **2.2 Educação de Jovens e Adultos em Criciúma**

A Educação de Jovens e Adultos em Criciúma – SC, está ligada diretamente com as iniciativas de alfabetização de adultos que ocorreram em âmbito nacional e Estadual. Sendo o MOBREAL (1977) e a Fundação Educar (1988), o principal movimento e programa que marcaram o início da Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

O MOBRAL foi implantado em Criciúma na década de 1970, tendo como objetivo principal ensinar a ler e a escrever para votar. O MOBRAL foi assumindo outros programas além da alfabetização, como: Saúde, pré-escolar, cultura e profissionalização. As alfabetizadoras desta época já priorizavam a utilização do método Paulo Freire como orientação pedagógica.

O Programa de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, iniciou em 2001 uma Reorganização Curricular fundamentada em Paulo Freire, com o Professor Antônio Fernando Gouvêa da Silva. Neste mesmo ano haviam apenas 17 turmas de jovens e adultos de 1º a 4º série, com em média 250 alunos. No fim de 2002 haviam 37 turmas no PROEJA, sendo 31 de 1ª a 4ª série distribuídas em 29 escolas que oferecem as quatro séries do ensino fundamental regular e 6 turmas de 5ª a 8ª série que eram oferecidas na Escola Municipal Jorge Frydberg, localizada no bairro São Cristóvão. (CRICIÚMA, 2003).

A primeira edição da Revista Retratos do PROEJA, lançada em março de 2003 pela Secretaria Municipal de Educação, mostra a Reorganização Curricular do PROEJA a partir de 2001, com a principal metodologia baseada em tema gerador, fundamentada em Paulo Freire. Ao observar esta revista é possível perceber que a alfabetização se dá por meio de leituras de jornais, construções de cartazes, textos coletivos, pesquisas, construção de gráficos, entre outros, todos vinculados a temas do cotidiano.

Todo tema gerador é um problema vivido pela comunidade, cuja separação ainda não é por ela percebida. É importante salientar que o tema gerador não se encontra nos homens isolados da realidade, nem na realidade separada dos homens, encontra-se nas relações homem-mundo. Nesse sentido, esse trabalho não pode se reduzir a uma técnica, deve ser a visão global do processo educativo, pois passa pela compreensão de que a construção do conhecimento se dá de forma coletiva e interdisciplinar. (CRICIUMA, 2003, p. 09)

Em 2007 foi lançada uma nova revista: Identidades do PROEJA. Nesta foi destacado a necessidade por parte dos educadores de desenvolver sua prática de ensino por meio de Projeto de trabalho, surgindo uma nova postura pedagógica, não sendo mais utilizado método Paulo Freire (tema gerador) e sim projetos.

A metodologia de projetos possibilita desenvolver atividades de ensino e aprendizagem que privilegiam a contribuição de diversas áreas do conhecimento e favorecem a compreensão dos multifacetados aspectos que compõem a realidade. Nesta metodologia, professor/a e alunos/as compartilham metas e objetivos de trabalho e os conteúdos são organizados

em torno de questões que permitem a sua (re)significação no interior do processo ensino-aprendizagem. (CRICIÚMA, 2007 p. 09).

De acordo com dados divulgados no site da Prefeitura Municipal de Criciúma, atualmente o PROEJA possui: 15 turmas nas totalidades T1 e T2 (1º a 5º ano), em 12 escolas municipais, uma escola estadual e um Centro Catequético, com 185 alunos. Nas totalidades T3 e T4 (6º ao 9º ano), são cinco Núcleos, com 593 alunos distribuídos nas seguintes escolas municipais: E.M.E.I.E.F. Serafina Milioli Pescador (Bairro Operária), E.M.E.I.E.F. Profº Marcilio Dias de San Thiago (Bairro Vila Manaus), E.M.E..F. Profª Clotildes Maria Martins Lalau (Bairro Renascer), E.M.E.I.E.F José Cesário da Silva (Bairro N. S. Salate), E.M.E.F. Érico Nonnenmacher (Bairro Pinheirinho) e Escola Estadual Ignácio Stakowski (Bairro Presidente Vargas).

### **3 BASES LEGAIS DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EJA: UM POUCO DE HISTÓRIA**

Para compreender como se deram as Leis atuais, se faz necessário conhecer um pouco do que já existiu de bases legais referente a esta modalidade de ensino.

A Constituição de 1824, Art. 179, inciso 32, garantia instrução primária e gratuita a todos os cidadãos. Porém, a cidadania era restrita a elite econômica. Neste momento o Brasil era um país pouco povoado e vivia a escravatura de negros e indígenas. Estes somado a grande maioria das mulheres, foram excluídos do processo da educação, pois se pensava que para estas pessoas ler e escrever era desnecessário. (BRASIL, 2000).

Durante o tempo do Brasil Império houve o decreto nº7.247 de 19 de abril de 1879, apresentado por Leôncio de Carvalho, referente à reforma do ensino primário e secundário. Neste, previa a criação de cursos para homens adultos analfabetos, livres ou libertos.

Em 1891 na Constituição da República, foi retirado de seu texto a gratuidade da instrução, que constava na Constituição de 1824 e proíbe o voto ao analfabeto conforme Art. 70, inciso 2, para que os analfabetos buscassem por vontade própria os cursos de alfabetização. Nesta constituição, a responsabilidade pela educação primária passou a ser dos estados. (ALVES, 2007).

A ausência dos poderes públicos quando se trata de alfabetização fez com que no início da República, associações civis autônomas de grupos e clubes sem fins lucrativos, organizassem cursos noturnos de instrução primária, a fim de formar futuros eleitores .

Na década de 1920 ocorreram muitos movimentos civis e oficiais que lutaram contra o analfabetismo considerado um “mal nacional”. Em quase todos os Estados houveram reformas educacionais neste período, devido o Brasil estar passando pelo início da industrialização acarretou na necessidade de formar mão de obra dos trabalhadores brasileiros. (ALVES, 2007).

A Conferência Interestadual de 1921, convocada pela União, realizada no Rio de Janeiro, tinha como objetivo discutir os limites e as possibilidades do Art. 35 da Constituição, devido ao problema do analfabetismo e a competência da União para com os Estados. Foi sugerido a criação de escolas noturnas voltadas para a

educação de adultos com duração de um ano. Esta medida fez parte do Decreto nº 16.728/A de 13 de janeiro de 1925. Neste obrigava a União contribuir com o salário dos professores primários e o Estado pagaria o restante do salário, oferecer residência, escola e materiais didáticos. Porém a União alegou carência de recursos e houve um grande temor por parte das elites com a geração de novos eleitores. Isso fez com que esta reforma se tornasse sem efeito. (BRASIL, 2000).

Durante a década de 1920 ocorreram movimentos sociais e políticos, juntamente com o processo de industrialização nacional, fizeram com que a Constituição de 1934 fosse um momento de grandes discussões e mobilizações.

Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Art 150 - Compete à União:

Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e e , só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

a) ensino primário integral gratuito e de freqüência obrigatória extensivo aos adultos; (BRASIL, 1934)

No Art 149 da Constituição garante a educação para todos e no Art. 150 ela estende aos adultos o ensino primário, gratuito e obrigatório.

A constituição de 1937 proíbe o trabalho de menores de 14 anos durante o dia, menores de 16 anos a noite e estimula a criação de associações civis que organizem a juventude em vista da disciplina moral, eugênica, cívica e da segurança nacional. Os altos níveis de analfabetismo e a necessidade de mão de obra qualificada para o novo Brasil industrializado, fizeram com que o ensino primário fosse tratado com maior atenção. (ALVES, 2007).

Desta forma o Decreto nº 4.958 de 11 de novembro de 1952, cria o Fundo Nacional de Ensino Primário. Com a finalidade de ampliação e melhoria do sistema escolar primário de todo o país. Tratava-se de um sistema escolar primário a ser ampliado, denominado Convênio Nacional do Ensino Primário. (BRASIL, 2000).

Paralelo ao Decreto, veio a Lei nº 5.293 de 01/03/ 1943. Que determinava que a União prestaria assistência técnica e financeira para desenvolver este ensino nos Estados, desde que estes utilizassem um mínimo de 15% da sua renda proveniente dos seus impostos em ensino primário. Os Estados se obrigavam a fazer convênios parecidos com os municípios, propondo o repasse de recursos,

desde que fosse aplicado um mínimo de 10% da renda proveniente de impostos municipais em educação escolar primária. (BRASIL, 2000).

A Constituição de 1946, em seu Art. 166 diz: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.”. E no Art. 168, inciso I está escrito que “ O ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional” (BRASIL, 1946). Nesta Constituição foi reconhecido a educação como direito e o ensino primário obrigatório e gratuito para todos. No novo governo que assumia o Brasil no período, existia oposições entre o que seria centralizado, descentralizado, público e privado, isso fez com que não houvesse durante um longo tempo, após a Constituição uma legislação própria. (BRASIL, 2000).

A Lei nº 4.026/61, a nossa primeira Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim como a Constituição também reconhece a educação como um direito de todos e em seu Art. 27 diz que:

O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento. (BRASIL, 1961)

Esta LDB garantia o ensino primário a partir dos 7 anos de idade e em seu Art. 99, assegura aos maiores de 16 anos a obtenção do certificado de conclusão de curso do ginásio por meio de exames de madureza. Este era destinado para as pessoas que possuíam estudos fora do ambiente escolar. (ALVES, 2007).

Com o golpe militar de 1964 e o novo governo que surgia no Brasil, fez com que houvesse muitas mudanças na política brasileira. Uma delas foi a criação da nova Constituição de 1967. Esta, no Art. 168 reassegura a educação como um direito de todos, diferente as outras constituições, ela estende a obrigatoriedade da escola até os quatorze anos.

Esta extensão parece incluir a categoria dos adolescentes na escolaridade apropriada, propiciando, assim, a emergência de uma outra faixa etária, a partir dos 15 anos, sob conceito de jovem. Este conceito será uma referência para o ensino supletivo. Esta mesma constituição que retira o vínculo constitucional de recursos para educação, obriga as empresas a manter ensino primário para os empregados e os filhos destes, de acordo com o art. 170. (BRASIL, 2000, p. 20).

É importante destacar a Lei 5.379/67, que criou o Movimento Brasileiro de alfabetização – MOBRAL, que tinha como objetivo acabar com o analfabetismo em dez anos e é com a Lei 5.692/71 que o ensino supletivo ganhou capítulo próprio. Ainda no ano de 1971, o MEC criou os Centros de Ensino Supletivo - CES, com o objetivo de promover complementação de estudos para aqueles que perderam a escolarização em idade regular. (ALVES, 2007).

### 3.1 Bases Legais Vigentes

A atual Constituição Federal do Brasil adota como princípio que a educação visa o desenvolvimento pessoal, prepara para o exercício da cidadania e qualifica para o trabalho. Desta forma a Educação de Jovens e Adultos “modalidade estratégica de esforço da Nação em prol de igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio [...]” (BRASIL, 2000, p. 22).

A educação de Jovens e Adultos tem então seu direito garantido na Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, assegurado pelo Estado.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos que a ele não tiveram acesso na idade própria. (PESSOA, 2005, p. 148)

A atual LDB, Lei n 9.394/96, da Leis de Diretrizes de Bases da Educação, em seu Art. 4. Inciso I, assegura que: “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.” Ainda nesta mesma Lei, Art 37, inciso I, diz que:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (SOUZA; SILVA, 2001, p. 63)

A educação de jovens e adultos cabe àqueles que tiveram oportunidades educacionais em idade adequada. Então, de acordo com o art. 37, cabe aos sistemas de ensino assegurar a modalidade da EJA a estas pessoas, propiciando oportunidades educacionais apropriadas, viabilizando e estimulando a igualdade de oportunidades e acesso aos cursos e exames supletivos.

O art. 38 diz que os sistemas de ensino manterão cursos da EJA e exames supletivos. Tais cursos podem ser no âmbito da oferta de educação regular para jovens e adultos [...] Tais cursos e exames, de acordo com a Lei e as diretrizes, deverão atender à base comum nacional e possibilitar o prosseguimento de estudos. Após a assinalação das novas faixas etárias, § 2º do artigo prevê que as práticas de vida, os conhecimentos e habilidades dos destinatários da EJA serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 2000, p. 28)

Ainda em âmbito nacional a educação de jovens e adultos norteia-se também através dos PCNs - Propostas Curriculares Nacionais. A função deste, em seu primeiro segmento diz que: “Este documento deve constituir-se em subsídio à elaboração de projetos e propostas curriculares a serem desenvolvidos por organizações governamentais e não-governamentais, adaptados às realidades locais e necessidades específicas”. (BRASIL, 2001, p. 05).

Atualmente a legislação educacional é complexa, pois, além das leis de caráter nacional, existem as Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas dos Municípios. Estas, de acordo com a Constituição Federal, possuem autonomia, podendo estabelecer uma normativa própria para definir a organização, a estrutura e o funcionamento da EJA. (BRASIL, 2001).

A Proposta Curricular de Santa Catarina de 1998, possui um título voltado a educação de Jovens e Adultos, que diz:

O fato de termos na EJA grupos de alunos de diferentes possibilidades exige estarmos atentos e percebermos os conhecimentos já apropriados por esses alunos e aos modos como esses alunos lidam com esses conhecimentos, para que possamos oportunizar a apropriação do conhecimento científico e a elaboração de novos conhecimentos. (SANTA CATARINA, 1998. p. 41)

Esta proposta leva em consideração os conhecimentos já apropriados pelos alunos, orientando para que os professores organizem os conteúdos e textos com a realidade desses educandos para que o estudo seja significativo para os alunos.

Segundo Santa Catarina (2005B, p. 10), em 2004, a Secretaria de Estado da Educação de SC, tendo em vista sistematização e socialização da Proposta Curricular “constitui seis Grupos de Trabalho, com objetivo de elaborar e socializar um novo documento norteador, incluindo seis temas multidisciplinares[...]”.

Os seis grupos temáticos, discutem e organizam as diretrizes curriculares para os temas: educação e infância, alfabetização com letramento, educação e trabalho, educação de trabalhadores, ensino noturno e educação de jovens. Os textos deverão se somar ao conjunto de orientações curriculares produzidas no âmbito da Proposta Curricular e servir como referencial teórico e metodológico para a ação pedagógica nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica na Escola Pública de Santa Catarina, a partir de 2006. (SANTA CATARINA, 2005B, p. 10)

Neste contexto, em 2005 a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina, lançou o documento Proposta Curricular de Santa Catarina – Estudos Temáticos que refere-se a EJA como Educação de Trabalhadores e segue os mesmos princípios que a proposta de 1998, que valoriza o conhecimento do aluno adquirido fora da escola.

[...] Uma ordem que acolha a educação fora da escola como uma valiosa contribuição para formação de educando, mesmo que com o reconhecido caráter não formal e não sistematizado de tal contribuição. [...] Para que isto se torne realidade, são necessárias propostas que contemplem a participação dos sujeitos, os espaços em que atuam, suas necessidades, seus saberes e suas práticas, bem como construção de propostas curriculares, estreitamente vinculadas ao fazer produzido pelos educadores e educandos, que contemplem o estabelecido de relação com o mundo do trabalho [...]. (SANTA CATARINA, 2005b, p. 123).

Esta proposta coloca como função da escola para com os trabalhadores: “[...] o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, contribuindo, assim, com as condições cognitivas e afetivas para que sejam críticos e autônomos priorizando valores e atitudes, como a solidariedade humana e o respeito às diferenças”. (SANTA CATARINA, 2005b, p. 127).

Em âmbito municipal, temos em Criciúma, o Programa de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, através da Lei nº 4.307 de 02/05/2002, que na Secção I, Educação de Jovens e Adultos diz:

Art. 16 A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º Poderão ser oferecidos cursos na escola pública e cursos devidamente criados e autorizados pelo Conselho Municipal de Educação, através de convênios com o setor privado, entidades comunitárias, organizações não governamentais, sindicatos e outros. (CRICIÚMA, 2008, p. 37).

A Proposta Curricular da Rede Municipal de Criciúma, no que diz respeito a Educação de Jovens e Adultos, segue os princípios da LDB, desta forma sua função: “[...] contribuir com o desenvolvimento humano, assim como a preparação dos/as educandos/as ao ingresso no mundo profissional [...]” (CRICIÚMA, 2008, p. 34).

Esta proposta fundamenta-se em uma perspectiva Histórico-Cultural, mostrando uma preocupação entre adequar o conteúdo com a realidade do aluno, para fazer uma maior aproximação entre teoria e prática. Assim a alfabetização de Jovens e Adultos: “[...] implica fundamentalmente que o indivíduo possa ‘compreender’ o mundo em que vive e que saiba como ter acesso, analisar e interpretar informações.” (CRICIÚMA, 2008, p. 35).

Atualmente a Educação de Jovens e Adultos é assegurada por Leis, que propiciam ao jovem e adulto a retomada aos estudos, possui também propostas pedagógicas e metodológicas que embasadas nestas Leis visam uma educação de qualidade, valorizando o educando desta modalidade para que se tornem cidadãos críticos, fazendo uso de seus conhecimentos no cotidiano e tendo uma melhor qualificação no meio social.

#### 4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ALUNO DA EJA

A Educação de jovens e Adultos, trata-se de uma modalidade de ensino que atende as pessoas que por algum motivo não puderam estudar em idade apropriada. Desta forma, se faz necessário refletir sobre esses sujeitos, pois estes não se enquadram na obrigatoriedade educacional.

Segundo Frigo (2001, p. 118)

Essa reflexão leva a perceber a necessidade de se ampliar a visão sobre o ato educativo do adulto, considerando não apenas as condições relativas à clientela envolvida (representações, condições de vida e trabalho, bagagem de conhecimentos), mas os aspectos relativos às condições de vida e do trabalho do educador, assim como seu processo de formação e qualificação profissional. É necessário que possua sensibilidade, dinamismo, inteligência e condições morais para que possa incentivar seus alunos, bem como conhecer seus fraquezas e insuficiências.

Nas classes de EJA, é comum existir diversidade de origens, habilidades, idades, interesses e necessidades. Para que se construa uma proposta pedagógica que leve em consideração as especificidades do aluno jovem e adulto, é preciso conhecê-lo, para que os conteúdos a serem trabalhados façam sentido e tenham significado em sua realidade.

É preciso considerar que em termos de EJA, existem dois grupos: jovens e adultos, que caracterizam-se como comuns e diferentes. Nesta perspectiva:

[...] por um lado, aproximam-se por terem sido excluídos da escola e incorporados ao mundo do trabalho, mas, por outro distanciam-se pela idade. Ser jovem é diferente de ser adulto. Pertencem a grupos culturais distintos e, portanto, com formas diferentes de aprender e interagir. (SHEIBEL; LEHENBAUER, 2006, p. 138)

Faz-se necessário o reconhecimento dos educandos, de seus modos de vida, de suas culturas, de sua condição de trabalhadores, assalariados ou integrantes do mercado informal ou ainda, de desempregados. Passa pelo reconhecimento das discriminações sociais, étnicas, de gênero e de tantas outras que têm estado florescendo nas escolas, reforçados pelos rituais e práticas pedagógicas e pelo desejo de mudar essa ordem de relações excludentes que têm contribuído significativamente para a manutenção da subalternidade, da opressão, do analfabetismo e da reduzida escolarização – “ingredientes indispensáveis para a alienação dos processos políticos e da participação social”. (PAIVA, 1997, p. 101).

Muitas vezes a procura pela escola não parte somente da decisão do educando. Neste processo podem estar inseridos os familiares que incentivam os estudos, a empresa em que trabalham, visando uma mão-de-obra mais qualificada e a própria necessidade do aluno. (BRASIL, 2006a).

O jovem e o adulto retornam à escola motivados pelas mais diversas razões: o sonho de conquistar melhores salários, a ameaça do desemprego, a necessidade de contribuir mais eficazmente na formação dos filhos, a realização pessoal entre outros, são fatores de peso neste processo.

O aluno da EJA tem uma visão própria de ver o mundo influenciado pela sua origem e cultura, assim muitos dos educandos adultos resistem a retomada aos estudos, pois acreditam que irão encontrar a escola que tiveram na infância, onde o modelo seguido era o tradicional. A passagem pela escola pode ter sido marcada pelo fracasso escolar e pela exclusão, provocando uma baixa auto-estima nessas pessoas, que se desvalorizam mostram-se inseguras.

Segundo Araújo e Brandão (2009, p. 1) “é preciso que o educador seja munido de elementos que atendam as necessidades específicas dessa clientela, pois ouvir e conhecer a realidade do aluno são pontos cruciais para o docente que irá atuar nessa área.”

Faz-se necessários que os professores da EJA conheçam seus alunos e a realidade que estes estão inserido, com o intuito de promover motivação para que o processo de ensino e aprendizagem seja significativo.

Nas cidades, as escolas para jovens e adultos recebem alunos e alunas com traços de vida, origens, idades, vivências profissionais, históricos escolares, ritmos de aprendizagem e estruturas de pensamento completamente variados. A cada realidade corresponde um tipo de aluno e não poderia ser de outra forma, são pessoas que vivem no mundo adulto do trabalho, com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais formados a partir da experiência, do ambiente e da realidade cultural em que estão inseridos. (BRASIL, 2006A, p. 4)

O aluno da EJA traz consigo conhecimentos que adquiriram ao longo de sua vida. Saberes não escolares, mas que cada um construiu em função das atividades que desenvolvem ou desenvolveram no dia a dia.

A escola deve potencializar esses conhecimentos, para que se construa a partir destes, novos saberes que façam sentido na vida fora da escola. Estabelecer relações entre o que conhecem e a ciência, é uma forma de deixar o aluno menos tímido por estar aprendendo em idade adulta. (ARAUJO; BRANDÃO, 2009).

De acordo com Aguiar (2009, p. 47):

O Educador de jovens e adultos precisa ter presente que está trabalhando com pessoas que têm uma história de vida diferenciada, são portadoras e produtoras de conhecimento específicos. [...] considerar que eles são membros atuantes na sociedade, não só por se constituírem como trabalhadores, mas também pelo conjunto de ações que desempenham sobre um círculo de existência. É imperioso considerá-los como seres que pensam e têm idéias sobre o mundo que os cerca e são amplamente dotados de capacidade intelectual, revelada em suas conversas naturais, em suas críticas à realidade, ou seja, na sua comunicação oral.

Reconhecer a existência de uma sabedoria de origem na experiência da vida, faz com que se resgate a auto-imagem positiva e enriquece a autoconfiança no sujeito.

A Educação de Jovens e Adultos, não se resume apenas no ler e escrever. É necessário que seja proporcionado a este público uma educação de qualidade, onde aluno e professor se encontrem com o objetivo de construir conhecimentos, para que o educador contribua de forma significativa para a vida desse educando. Desta forma, para Frigo (2001, p. 108) “[...] precisa-se ir além de manter o aluno na escola, uma vez que o educando está nela por vontade própria e não por imposição legal. É preciso tornar tal processo significativo, estimulante e satisfatório”.

Certamente os jovens e adultos procuram a escola em busca da resolução de uma necessidade. Não esperando encontrar conteúdos prontos e sim, como afirma Brasil (2006a, p. 11) “[...] como cidadãos e trabalhadores que são, esses alunos querem se sentir sujeitos ativos, participativos e crescer cultural, social e economicamente”.

Então, esses jovens e adultos que procuram a EJA como alternativa para dar continuidade a sua escolarização, são sujeitos em um adiantado processo de socialização, ocorrido principalmente em espaços não escolares, onde aconteceram interações certamente significativas, no convívio com seus pares, nos seus grupos de pertencimento, em outras instituições, ou até mesmo, a partir das suas experiências mal sucedidas na instituição escolar.

Segundo Oliveira (2001, p. 60):

[...] ele é também um excluído da escola, porém geralmente incorporado aos cursos supletivos em fases mais adiantadas da escolaridade, com maiores chances, portanto, de concluir o ensino fundamental, ou mesmo o ensino médio. É bem mais ligado ao mundo urbano, envolvido em

atividades de trabalho e lazer mais relacionadas com a sociedade letrada, escolarizada e urbana.

Apesar do processo de socialização da juventude ser uma das principais funções da escola, ela não é o único espaço socializador dessa juventude. Corrobora essa idéia Spósito (2002, p. 123), ao dizer que:

Os jovens que hoje estão nos sistemas de ensino experimentam a condição juvenil em espaços não escolares e já adentram na instituição com essas práticas e modos de vida já consolidados porque possuem alternativas e querem, certamente, preservá-las. Aqueles que não encontram fora do espaço escolar possibilidades de interações ricas nos grupos de pares, nas formas de lazer e de consumo ou na produção cultural compartilham esse universo simbólico carregado de expectativas e esperam realizá-las enquanto estudantes. Certamente constituem essas demandas desde o momento em que abandonam a infância, pois a escola não é a única agência que lhes oferece modelos culturais para a experiência de ser jovem. Não podemos deixar de considerar que estilos, hábitos e modos de vida são conformados também por outras agências, conforme já foi observado, reiterando a idéia dos múltiplos espaços socializadores.

Para que se garanta um entendimento mais próximo à identidade, ou ao perfil dos jovens e adultos que frequentam a EJA é necessário dizer que não estamos falando de qualquer jovem ou adulto. Falamos de um grupo específico de pessoas, relativamente homogêneo dentro da diversidade dos grupos que compõem esta sociedade. Basicamente, este não é o jovem que tem uma trajetória de sucesso na escola, nem aquele que está buscando aperfeiçoamento profissional ou formação extracurricular. (OLIVEIRA, 2001).

Este é o jovem que de alguma forma foi excluído da escola, que normalmente apresenta dificuldades e resistências com relação à organização escolar ou atividades pedagógicas, oriundos das classes sociais menos favorecidas, ativos, comunicativos, criativos, enfim, com um grande potencial, mas que não se enquadram ao perfil dos *bons* ou *boas* estudantes, criado pela cultura escolar dominante.

## 5 METODOLOGIA

A pesquisa tem como objetivo, proporcionar resposta aos problemas que são propostos. Recorre-se a ela, quando não possuímos informações o suficiente para responder ao problema. (GIL, 1996).

Para responder o problema proposto nesta pesquisa, foi utilizado como abordagem a pesquisa qualitativa, pois se familiariza mais com o problema que foi pesquisado.

Segundo o autor Chizzotti ( 1998, p. 84) na pesquisa qualitativa:

[...] todos os fenômenos são igualmente importantes e precisos: a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio. É necessário encontrar o significado manifesto e o que permaneceu oculto. Todos os sujeitos são igualmente dignos de estudo, todos são iguais, mas permanecem únicos, e todos os seus pontos de vista são relevantes [...] . Procura-se compreender a experiência que eles têm, as representações que formam e os conceitos que elaboram. Esses conceitos manifestos, as experiências relatadas ocupam o centro de referência das análises e interpretações, na pesquisa qualitativa.

Tendo como base os objetivos, esta pesquisa classifica-se como exploratória descritiva. De acordo com Gil (1996), a pesquisa exploratória visa tornar o problema mais explícito ou construir hipóteses. Objetivando o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Geralmente essas pesquisas envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram vivências relacionadas com o problema da pesquisa.

A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de determinada população, grupo ou fenômeno, estabelecimento de relações entre variáveis. Serve também para proporcionar uma nova visão do problema, aproximando das pesquisas exploratórias. (GIL, 1996).

Para realização desta pesquisa, foi utilizado fontes bibliográficas, a fim de se ter uma melhor compreensão do estudo e relacionar os dados coletados a partir do referencial teórico.

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede municipal de Criciúma – SC. Os sujeitos envolvidos foram seis alunos de uma turma de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, com idades entre 44 e 68 anos. Destes, cinco são mulheres e um homem.

No primeiro momento foi mantido contato com a diretora da instituição, a

fim de esclarecer o objetivo da presente pesquisa e questões éticas.

Após a autorização, a diretora convidou os alunos com idade acima de 40 anos a participar da pesquisa. Desta forma, os alunos entrevistados foram indicados por ela.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi entrevista (roteiro em apêndice), pois é uma forma de garantir que os entrevistados compreendam o que está sendo questionado. Este possibilitou retomar alguns pontos, que não ficavam claros na primeira resposta dada pelos alunos.

Entrevista, por sua vez, pode ser entendida como técnica que envolve duas pessoas numa situação 'face a face' [...]. É fácil verificar, como dentre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade. Tanto é que pode assumir as mais diversas formas. Pode caracterizar-se como informal, quando se distingue da simples conservação [...]. Pode ser focalizada quando, embora livre enfoca um tema bem específico [...]. (GIL, 1996, p. 92)

Por questões éticas, não foram divulgados o nome dos participantes e da escola onde a pesquisa foi realizada. Sendo assim, utilizou-se um termo de consentimento (modelo em apêndice), que foi assinado pelos entrevistados. Então para efeito de identificação, nesta pesquisa os alunos foram identificados com as letras A, B, C, D, E e F.

## 6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A realização desta pesquisa, ocorreu por meio de entrevista com seis alunos do PROEJA de uma escola da rede municipal de Criciúma, com idade que varia entre 44 e 68 anos, sendo cinco mulheres e um homem. Três desses alunos são das turmas de alfabetização e três do ensino fundamental. Nesta pesquisa serão identificados como aluno A, B, C, D, E e F.

A entrevista foi composta por nove perguntas previamente formuladas, a fim de compreender o objetivo desta pesquisa. Os alunos responderam de acordo com suas experiências e vivências.

### 6.1 O significado da EJA para os alunos.

Para compreender o que motivou esses adultos a frequentarem a EJA e qual o significado que a mesma possui para estes, faz-se necessário analisar o processo pelo qual passaram até chegarem a turma do PROEJA.

Dos seis alunos entrevistados quatro já haviam estudado quando criança e dois não haviam tido nenhum contato com a escolarização. Os motivos que fizeram com que os alunos não concluíssem seus estudos foram variados.

A visão de mundo de uma pessoa que retorna aos estudos depois de adulta, após um tempo afastada da escola, ou mesmo daquela que inicia sua trajetória escolar nessa fase da vida, é bastante peculiar. Protagonista de história reais e ricos em experiências vividas, os alunos jovens e adultos configuram tipos humanos diversos. São homens e mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos. (BRASIL, 2006A, p. 4)

A aluna A, de 68 anos, estudou até a 4ª série. O principal fator que fez com que desistisse de estudar, foi devido ao município onde morava possuir turmas somente até esta série. Para continuar a estudar teria que ir até outra cidade e naquela época os poucos ônibus que tinham, não passavam próximo a sua residência.

A aluna B de 52 anos, estudou até a 4ª série e a aluna C de 64 anos, cursou somente até a 2ª série. Ambos apontaram como principal causa do abandono escolar, a questão de gênero, pois somente os homens da família puderam estudar. Os pais não as deixaram continuar a escolarização, pois mulheres não precisavam saber ler e escrever, suas funções se resumiam em trabalhar na roça, cuidar da

casa e dos irmãos mais novos. O mesmo aconteceu com suas irmãs, somente os homens que quisessem, poderiam freqüentar a escola.

O aluno D de 57 anos e a aluna E de 48 anos, nunca haviam freqüentado a escola antes do PROEJA. Tiveram como causa da falta de escolarização o pouco ou nenhum incentivo dos pais. Nas palavras do aluno D: “O que importava era trabalhar na roça. Nem eu nem meus irmãos fomos para escola, meu pai nunca comprou um caderno ou um lápis para um de nós estudar”.

Já a aluna F de 44 anos, estudou até a 4ª série, mas a falta de estudo se deu por vontade própria, pois não gostava de estudar, então quando os pais o convenciam de ir à aula, a mesma fugia da escola. Quando questionado, o porquê deste comportamento, ela afirma que não possui muitas lembranças dessa época, somente que não gostava de estudar, de ter que ficar parada em sala de aula.

Nas falas dos entrevistados percebe-se o que os fizeram a não estudarem em idade regular. Faz-se necessários que os professores conheçam o que os levou a ausência dos estudos, para evitar que o fracasso escolar se repita na vida dessas pessoas. Esses alunos possuem vivências e expectativas que enriquecem o processo educacional, pois pode ser estabelecido relações entre a realidade desses educandos com as áreas do conhecimento.

Portanto, a EJA se constitui como uma das modalidades de ensino que talvez melhor possua condições para contemplar a necessidade de educar indivíduos para a vida com um significado real e concreto, realizando a leitura crítica da realidade mediante os conteúdos propostos. (SHEIBEL; LEHENBAUER, 2006, p. 192)

Através das entrevistas foi possível perceber os motivos que fizeram com que estes adultos retomassem os estudos, todos foram movidos por uma motivação pessoal.

Sabemos que a procura de jovens e adultos pela escola não se dá de forma simples. Ao contrário, em muitos casos, trata-se de um decisão que envolve as famílias, os padrões, as condições de acesso e as distâncias entre casa e escola, as possibilidades de custear os estudos e, muitas vezes, trata-se de um processo contínuo de idas e vindas, de ingressos e desistências. Ir à escola, para um jovem ou adulto, é antes de tudo, um desafio, um projeto de vida. (BRASIL, 2006A, p. 08)

A aluna A, sempre quis estudar, mas como já estava fora da idade sentia-se envergonhada e a dificuldade que encontrou quando criança, que era a distância da escola, agora já não se faz presente, pois a mesma fica ao lado de sua casa.

“Aqui todos somos velhucos e não tem porque ter vergonha, não tem mais desculpa para não estudar, só arruma desculpa quem não quer estudar.”

A aluna B, busca na EJA conhecimentos para conseguir adquirir o visto para visitar a filha no EUA. Como possui pouco escolaridade e em sua carteira profissional está como faxineira, logo na entrevista já lhe negam o visto, pois acreditam que ela está em busca de trabalho. Procurou o PROEJA também, para aprender falar corretamente, pois trabalha na casa de advogados e fica constrangida quando lhe corrigem alguma palavra que pronunciou errado.

A aluna C, já está aposentada, procurou a EJA para aprender a escrever, mas também para incentivar seu genro de 32 anos que parou seus estudos na 5ª série, então ela frequentando as aulas é uma forma de garantir que este familiar não falte ou desista novamente de estudar. Nas palavras desta aluna:

Tenho dois filhos formado na faculdade, sempre fiz com que estudassem e percebo meu genro comparando os estudos dele com o da minha filha. E digo para ele que se ele quiser ele também pode fazer faculdade. Eu com o dobro da idade dele comecei estudar agora.

O aluno D, passou a frequentar a EJA por incentivo da diretora da escola. “Ela tinha ido me convidar para participar da turma, quando começou as aulas e ela viu que eu não estava na sala, ela foi me buscar em casa.” Entrou na EJA também, para estimular o interesse do filho de 28 anos, que parou de estudar na 4ª série. “Queria que ele terminasse de estudar. O estudo fez muita falta pra mim, não queria que fosse assim pra ele.”

Para este aluno, o filho retomar os estudos é algo muito importante e a principal razão por estar na EJA. Lopes e Souza (2005), trata desta questão destacando o exemplo que os pais dão as crianças e adolescentes ao frequentarem a EJA. Mesmo o filho do aluno D, sendo adulto, o exemplo segue para seus netos para que permaneçam na escola.

Segundo Lopes e Souza (2005, p. 16):

À medida que a sociedade vai se desenvolvendo, surge a necessidade da escolarização e é bom que isso aconteça, pois a educação dos adultos favorece a educação da crianças e adolescentes porque quanto mais os pais estudam mais conscientes ficam da importância da educação e mais contribuirão para que seus filhos permaneçam na escola.

A aluna E, diz que aprender a ler e a escrever sempre foi um grande sonho e sentia-se envergonhada de iniciar em uma turma sem saber nada. Então

surgiu EJA próximo a sua casa e ingressou nesta turma com mais duas colegas. Estes já desistiram, mas a aluna E continua. “Agora ninguém mais me segura, só saio daqui se Deus me tirar.”

A aluna F, retomou os estudos devido a sua profissão. Em sua carteira profissional está fichada como costureira, no entanto ela também desenha os modelos de roupas para empresa em que trabalha. Precisa fazer cursos e não consegue concluí-los por falta de estudo. Ela atende representantes comerciais e sente a necessidade de saber falar corretamente. A empresa sugeriu que ela retomasse os estudos. “Eu quero saber falar com essas pessoas que falam direitinho, sabe? Eu tenho bastante dificuldade para falar algumas palavras”, comenta ela.

Baseada nas respostas desses sujeitos percebe-se que os mesmos buscam na EJA suprir uma necessidade particular. Desta forma para Brasil (2006A, p. 11) “[...] para se integrar a sociedade letrada da qual fazem parte por direito, mas da qual não pode participar plenamente quando não dominava a leitura e a escrita.”

Lopes e Souza (2005, p. 17), falam de ser comum ainda existir concepções que definem uma idade apropriada para estudar, discordam desta afirmação quando comentam: “Contudo, há histórias de vida que têm mostrado o contrário. A garantia de educação de qualidade para jovens e adultos tem permitido mudanças nos relacionamentos dos sujeitos, abrindo novas possibilidades profissionais.”

Alguns alunos apontam como dificuldades encontradas: o cansaço físico, o excesso de peso que carregam, pois há a necessidade de se deslocarem entre casa, emprego e escola de ônibus, o que se torna um transtorno. Alguns possuem pais doentes, então sempre existe a preocupação de não poder deixá-los sozinhos. Outros por conta da própria saúde perdem aula.

Relacionado ao ensino, as dificuldades estão na escrita, na matemática e no inglês. De acordo com a aluna F: “[...] tenho dificuldade em escrever pra não faltar letra e não trocar as letras também.” Já os alunos A e D, destacam a matemática como um ponto fraco, mais precisamente a subtração e a divisão.

Nas palavras do aluno D:

Pedir emprestado, minha cabeça dá um nó. Eu sempre me virei sem problemas com as contas, mas pedir emprestado eu não consigo mesmo. Eu não consigo entender, eu ainda uso a calculadora, mas meus pais eram totalmente analfabetos e faziam isso de cabeça!

Os alunos B, C e F pertencem as turmas do ensino fundamental. Estes enfatizam o inglês como principal dificuldade do ensino. Referente a este, a aluna B diz que: “ Isso não tem sentido, tu lê uma coisa e escreve outra.”

Essas dificuldades encontradas não são encaradas como obstáculos para o desenvolvimento educacional desses alunos e sim algo a ser superado, segundo Brasil (2006A. p. 05):

[...] o desenvolvimento psicológico é um processo que dura para a vida toda e que a idade adulta é rica em transformações. Os adultos possuem mais experiência que os adolescentes e podem ter acumulado uma maior quantidade de conhecimentos. [...] podem oferecer uma visão mais ampla, julgar melhor os prós e os contras de uma situação e ter boa dose de criticidade.

Através das entrevistas, foi possível perceber que esses sujeitos procuram ao máximo manter a frequência em sala de aula. Alguns, mencionam que mesmo estando cansados se esforçam para faltar o mínimo possível, somente quando envolve a sua saúde. Outros que possuem pais idosos e que precisam de atenção, faltam a aula para cuidar dos mesmos. Apenas um dos entrevistados diz que ultimamente tem faltado devido a razões pessoais, mas nunca por motivos banais.

Quando questionados sobre “O que mudou em sua vida após iniciar a EJA”, os alunos destacam as mudanças que correram em suas vidas, como estar sempre atualizado nas notícias, pois conversam muito entre si e com os professores, aumento da auto-estima, valorização profissional e familiar, independência quanto a leitura e escrita. Tudo isso foi possível perceber nas falas dos sujeitos. O aluno D comenta que:

As contas de casa sempre me virei sozinho, mas quando tinha que assinar alguma coisa, sempre dependia de alguém junto pra ler e passava bastante trabalho. Hoje até que me viro bem sozinho. Até hoje não sei como tirei a carteira de motorista, levei mais de um ano pra fazer. Acho que me deram de dó. Não quero mais passar por isso.

Para a aluna F: “O que mais mudou, foi eu mesma. Eu tenho mais orgulho de mim e vou trabalhar até mais contente.”

Na opinião da aluna B:

Mudou tudo. Parece que as pessoas passaram a me ver diferente. Todo

mundo diz: Nossa, não é fácil trabalhar o dia todo e depois ir para aula. Parece que passaram a me valorizar mais, tanto meus filhos como meu chefe. Quando me vêem cheia de bolsas de um lado pro outro sempre comentam. Mudou que não me perco em lugar nenhum. Andar em Criciúma é fácil porque já conheço tudo [...]. Mas quando tinha que sair para outra cidade era um trabalho. Uma vez me perdi dentro de Porto Alegre, parecia que estava em outro mundo. [...] hoje vou para qualquer lugar e tenho mais confiança em mim mesma.

A auto-estima desses sujeitos, após ingressarem na EJA, ficou evidente nas respostas. Desenvolveram autonomia para muitas atividades que se julgavam incapazes, isso fez com que se valorizassem e depositassem confiança em si próprio. Nesta perspectiva, Brasil (2006A, p.16) “[...] sabemos que o sucesso escolar produz auto-estima e um grande efeito de segurança no(a) aluno(a), enquanto o fracasso causa grandes estragos na relação consigo mesmo.”

Quanto ao significado que a EJA possui para essas pessoas, todos destacam como uma oportunidade de recuperarem o tempo que perderam quando estavam em idade apropriada. Alguns também dizem que significa amizade, conhecimento, aprendizado, independência, auto valorização, esperança de mudança profissional e pessoal.

Para os alunos A, C e D, que são os entrevistados com as idades mais avançadas, o significado da EJA, está em readquirirem o tempo que perderam quando criança. A aluna A, enfatiza o quanto gosta de estar participando da turma do PROEJA quando diz: “[...] venho todos os dias pra cá com a boca na orelha! Já que não me deixaram estudar antes, estudo agora!”. O aluno D, destaca também a esperança de que seu filho mude idéia e resolva retomar os estudos também.

É comum nas turmas de EJA, alunos que buscam uma melhor qualificação profissional, para que possam adquirir espaço no mercado de trabalho. Mas há também aqueles que buscam a conquista de um direito, a sensação de capacidade e a satisfação pessoal em poder estar estudando. (BRASIL, 2006A).

Para a aluna B, EJA significa:

Para mim significa independência. Agora eu não dependo da minha filha nem para ligar um computador e entrar na internet, faço sozinha [...]. Converso com qualquer pessoa sem medo de errar, até com os clientes do meu chefe. Acho que aqui (PROEJA), conversando se aprende muita coisa

Para os alunos E e F, a EJA significa uma possível mudança profissional. A aluna F, diz que: “[...] significa que as coisas vão mudar, quero que me

reconheçam também como desenhista, que é o que eu gosto de fazer e não só como a costureira que não sabe escrever e falar direito.” Essa esperança também é possível perceber quando a aluna E, comenta que a EJA é aprendido e a esperança de mudar de profissão ou empresa, pois acredita que só está neste emprego, por possui um vínculo familiar, e devido ter se alfabetizado a pouco tempo não conseguirá outra oportunidade profissional.

Para esses alunos o trabalho foi uma das razões que os fizeram não estudar em idade apropriada. Quando adultos foi o principal motivo que os fez buscar a EJA. Contribui com este pensamento Lopes e Souza (2005, p. 17) quando diz: “Sabe-se que a educação é o instrumento que vai permitir às pessoas buscarem uma melhoria de vida, capacitando-se para competir no mercado de trabalho bem como reconhecer seus direitos.”

Quanto as expectativas dos alunos ao concluírem a EJA, está diretamente relacionada os significado que a mesma possui para sua vida. Os alunos com maior idade pretendem continuar com cursos de pintura, artesanatos, algo que não os deixe parado. Buscando uma forma de estar sempre em convivência com outras pessoas a fim de se tornarem mais ativos na sociedade.

Aqueles que possuem emprego, pretendem realizar cursos para se qualificarem profissionalmente, como uma forma de mudarem aquilo que lhes foi imposto por possuírem pouca ou nenhuma escolarização. A aluna B, após finalizar a EJA quer fazer faculdade de psicologia, que é seu grande sonho. Em conversa informal, conta que seus filhos irão ajudá-la a custear os gastos com a graduação.

A aluna E, quer fazer curso profissionalizante, visando uma possível mudança de setor na empresa em que trabalha, ou até mesmo mudar de emprego. Nesta aluna é possível perceber seu descontentamento com a função que exerce.

A aluna F, como já colocou, quer que a empresa em que trabalha a registre de acordo com a função que realiza dentro da mesma. Para isso tem que concluir os estudos e se aperfeiçoar nesta área. Acredita que após isso conseguirá um melhor salário e terá mais argumentos para conseguir isto.

A educação é um instrumento que permite mudança na vida de todas as pessoas, independente da idade ou classe social. Estudar pode não resolver todos os problemas sociais, nem acabar com a injustiça social, mas é o meio pelo qual a pessoa pode reescrever sua própria história. (LOPES; SOUZA, 2005, p. 18)

Para esses alunos a EJA está fazendo a diferença em sua vida. Não há como negar os benefícios que a mesma trouxe para essas pessoas e o que ela ainda pode proporcioná-los. Esta modalidade de ensino merece atenção dos educadores, para que busquem uma educação que seja significativa na vida desses educandos, para que todos tenham o direito de exercer sua cidadania.

## 7 CONCLUSÃO

A educação de Jovens e Adultos no Brasil, iniciou no período da colonização com a chegada dos jesuítas. Ao longo dos anos passou por muitas transformação ligadas a questões políticas, econômicas e sociais.

Muitos foram os programas criados para acabar com o analfabetismo, no entanto, a inexperiência na educação de adultos, onde a o mesmo era considerado incapaz e comparado a uma criança. Questões ligadas a política, como a urgência em aumentar as bases eleitorais, garantiram a ineficiência de tais programas.

Um importante momento da Educação de Jovens e Adultos, foi quando passou a ser redefinido as características dessa modalidade de ensino, onde o adulto passou a ser considerado uma pessoa que detém cultura e saberes. Essa nova perspectiva da educação foi inspirada em Paulo Freire, que propôs a alfabetização a partir da realidade do aluno.

Com o referencial teórico é possível perceber a evolução da Educação de Jovens e Adultos, seus pontos fracos e o que contribuiu para que hoje exista leis, discussões e programas de alfabetização com a finalidade de erradicar o analfabetismo, havendo uma grande preocupação com os jovens e adultos que por algum motivo estiveram fora do processo educacional.

A partir das entrevistas realizadas com os alunos do PROEJA, percebe-se as causas que os fizeram desistir ou não ingressar na escola em idade própria, destacam-se: a distancia entre casa e escola, relações de gênero, pois mulheres não poderiam estudar, sua função era cuidar da casa. Iniciaram no trabalho muito cedo, alguns alunos não estudaram, pois tinham que trabalhar na roça. O pouco incentivo dos pais, não havia uma preocupação com os estudos, desde que trabalhassem para ajudar a família.

Se tratando das razões que os trouxeram a EJA, pode-se destacar: Auto-estima, percebe-se nas falas dos alunos uma auto-valorização em poder estar estudando, percebem-se mais felizes. Em outros, a necessidade em estar se aperfeiçoando para o mercado de trabalho, afim de mudarem de profissão ou emprego, pois há um descontentamento com a função que exercem.

Nos alunos com idades mais avançadas, além de freqüentarem a EJA para escolarizar-se, é a esperança de incentivarem um familiar próximo a retomarem os estudos também, servindo de exemplos para eles, pois com a idade em que se

encontram educação lhes fez e faz falta. Julgando a educação ser de extrema importância.

A autonomia, também foi um ponto relevante da pesquisa, alguns alunos destacaram a necessidade que tinham de outras pessoas para realizar algumas ações, como sair da cidade, assinar algum documento, até mesmo conversar com pessoas que não estavam acostumados, por sentirem medo de pronunciar alguma palavra errada.

Ao significado que a EJA possui para essas pessoas, é quase uma unanimidade quando respondem que é uma oportunidade de recuperarem o tempo perdido. Uma oportunidade que não deixaram passar despercebida, pois desde o reingresso na EJA, não pararam os estudos em nenhum momento.

Alguns atribuem como significado da EJA, independência, pois deixaram de serem dependentes para realizar atividades rotineiras. Significa também amizades, visto que as relações sociais aumentaram ao freqüentarem a escola. Mudança profissional e pessoal. Conhecimento e aprendizado, devido algumas das necessidades estarem relacionadas a dificuldades de se expressarem. Autovalorização, passaram a se verem diferente após iniciarem a EJA, estão mais satisfeitos consigo mesmo.

Conclui-se que a Educação de Jovens e Adultos possui um significado especial para aqueles que nela estão vinculados. Com as entrevistas realizadas, percebe-se que esses alunos estão em sala de aula, por vontade própria, com o desejo de aperfeiçoar-se como pessoa e profissionalmente. Cabe aos professores compreender as reais necessidades e anseios dos alunos, para que a escola corresponda com suas expectativas, visto que força de vontade e dedicação não faltam a estes educandos.

Sendo assim, finaliza-se este trabalho com a certeza de que os objetivos foram alcançados, pois buscou compreender o que motivou os alunos a cima de 40 anos de idade a ingressarem na EJA e conhecer qual o significado a mesmas possui para a vida dessas pessoas.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Raimundo Helvécio A. Possibilidades na Educação de Jovens e Adultos. **Pátio: Revista Pedagógica**, Porto Alegre, v. 12, p. 47-29, janeiro de 2009.

ALVES, Fábio Tomaz. **O Letramento no 1º segmento da educação de jovens e adultos: O que dizem os documentos oficiais**. 2007. 48f. Monografia (Especialização em educação) – Centro Federal de Tecnologia de Santa Catarina.

ARAÚJO, Mitzi Vidal; BRANDÃO, D’Arc M<sup>a</sup> Lisboa. **Algumas considerações sobre o aluno do EJA**. 2009.

Disponível em: [www.infoeducativa.com.br](http://www.infoeducativa.com.br) , acessado em 20/04/2011.

BRASIL. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: Alunos e Alunas da EJA**. Brasília, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Brasil Alfabetizado: Experiências de avaliação dos parceiros**. Brasília, 2006b.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação básica. **Parecer n° 11/2000**. Brasília. 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação de Jovens e Adultos: Ensino Fundamental: Proposta Curricular 1º segmento**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934**. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) Acessado em: 28/04/2011.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946**. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acessado em: 30/04/2011.

\_\_\_\_\_. Lei n° 4.026/61. **Lei de Diretrizes e Bases**, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br), Acessado em 28/04/2011.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

CRICIÚMA. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Criciúma: Currículo para a diversidade: Sentidos e práticas**. Criciúma, SC: Secretaria Municipal de Educação, 2008.

\_\_\_\_\_. PROEJA: Uma nova perspectiva de vida. 2011. Disponível em: [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br). Acessado em: 10/05/2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação. **Retratos do PROEJA: nossas práticas, nossas histórias**. Ano 1; março de 2003.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação. **Identidades do PROEJA – Programa Educação de Jovens e Adultos**. Dezembro de 2007.

FÁVERO, Osmar. **Memória das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966)**. Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Educação, Núcleo de Estudos e Documentação de Educação de Jovens e Adultos, 199?. Disponível em: [www.forumeja.org.br](http://www.forumeja.org.br). Acessado em: 16/03/2011.

FRIGO, Eliana B. **Educação de Jovens e Adultos: Um Ensaio Sobre Andragogia**. Ciências Humana, Criciúma, v.7. p. 103-122, junho de 2001.

FUCK, Irene Terezinha. **Alfabetização de adultos**. Relato de uma experiência construtivista. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GIL, Antonio C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista brasileira de educação – associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação, São Paulo, nº041, p. 108-130, mai- ago. 2000.

HUBNER, Luciana. Programa Brasil Alfabetizado. **Diário do grande ABC**, Santo André, p. 3, 11 de julho de 2003.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUZA, Luiza Silva. EJA: Uma educação possível ou mera utopia? **Revista Alfabetização Solidária, v. V, setembro de 2005**. Disponível em: [www.cereja.org](http://www.cereja.org). Acessado em 17/04/2011.

OLIVEIRA, Martha Kohl de. **Jovens e Adultos Como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem**. In: RIBEIRO, Vera M. (Org.). Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras. 1ª ed. Campinas/SP, 2001.

PAIVA, Jane. **Trabalho: A Mão na Massa**. In: Programa Um Salto Para O Futuro. Série Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: Fundação Roquette Pinto. 16 maio 1997.

PESSOA, Fernanda. **Legislação Educacional 3 em 1**. São Paulo: RCN, 2005.

PIERRO, Maria Clara Di. **Seis anos de Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Orientações para a educação básica e profissional da rede pública estadual**. Florianópolis, 2005a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos**. Florianópolis: IOESC, 2005b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado e da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares**. Florianópolis: COGEN, 1998.

\_\_\_\_\_. **SC Alfabetizada**. 2009. Disponível em: [www.sed.sc.gov.br](http://www.sed.sc.gov.br). Acessado em: 02/05/2011.

SOARES, Leôncio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da alfabetização de adultos no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Eliana Borges C de; LEAL, Telma Ferraz. (Orgs). **Alfabetização de Jovens e Adultos: Em uma perspectiva de letramento**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 27-58.

SHEIBEL, Maria Fani, LEHENBAUER, Silvana. **Reflexões sobre a educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Pallotti, 2006.

SPÓSITO, Marília P. **Série Estado do Conhecimento - nº 7. Juventude e escolarização**. Brasília DF: MEC/Inep/Comped. 2002.

SOUZA, Paulo Nathael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. **Como entender e aplicar a nova LDB**. São Paulo: Pioneira, 2001.

## APÊNDICE



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC**  
**DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA**

**Roteiro da entrevista feita com alunos de EJA**

Senhor (a), sua participação nessa pesquisa é essencial para realização de meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que tem o título de “Educação de Jovens e Adultos e o Significado na Vida dos Educandos”. Agradeço sua disponibilidade e contribuição que certamente farão parte dessa produção científica. Para consentimento, que os nomes dos (as) participantes, caso aceitem, sejam identificados nominalmente junto as informações obtidas neste instrumento, disponibilizo junto a este um Termo de Consentimento, o qual me dá direito de publicação, garantindo assim o código de ética.

Coloco-me à disposição para devolver os resultados da pesquisa.

**Acadêmica:** Franciele Lavezzo da Luz

**Orientadora:** Soraia Regina Napolini Coral

**1 Identificação**

A) Nome: (caso aceite divulgação) \_\_\_\_\_

B) Idade:

C) Sexo: Feminino ( ) Masculino ( )

**2 Responda de acordo com seus conhecimentos.**

A) Você freqüentou o ensino regular antes de se matricular na EJA?

B) Se freqüentou, o que fez desistir do ensino regular?

C) O que o motivou a voltar a estudar?

D) Qual a sua maior dificuldade relacionado ao ensino?

E) Como é sua freqüência em sala de aula?

F) Qual(is) fator(es) o levaram a frequentar a EJA?

G) O que mudou em sua vida após iniciar a EJA?

H) O que a EJA significa para você?

I) Quais suas expectativas ao concluir a EJA?

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**

Sob o título Educação de Jovens e Adultos e o Significado na Vida dos Educandos. Esta pesquisa culminará na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, a partir de entrevista com professores e alunos, coletando assim, dados e informações a cerca da experiência destes sujeitos em relação ao ensino da EJA e o Significado em sua vida.

Os dados e resultados individuais da pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma expressão oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado, a não ser que o/a autor/a do depoimento manifeste expressamente seu desejo de ser identificado/a. A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa entrevistada.

A pesquisadora responsável é a acadêmica Franciele Lavezzo da Luz, matriculada no curso de Pedagogia, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, orientanda da(o) professor(a) Soraia Regina Napolini Coral, da mesma instituição. Os envolvidos se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de informações que o/a participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente, através do telefone (48) 9908-3266.

Após ter sido devidamente informado/a de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu \_\_\_\_\_, Identidade n.º \_\_\_\_\_ declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha participação e depoimentos para a pesquisa realizada no Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, desenvolvida pela aluna Franciele Lavezzo da Luz, para que sejam usados integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, a partir da presente data. Da mesma forma, autorizo a sua consulta e o uso das referências em outras pesquisas e publicações ficando vinculado o controle das informações a cargo desta acadêmica da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

( ) Solicito que seja resguardada minha identificação

( ) Desejo que a autoria de meus depoimentos seja referida

Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevo a presente declaração,

Criciúma, 20 de maio de 2011.

\_\_\_\_\_  
Participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Pesquisado